

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E DEZEISSITO A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às nove horas no Plenário Vereador Marcílio Periotto da Câmara Municipal de Mandaguçu, Estado do Paraná, atendendo Edital de Chamamento para a realização de audiência pública na qual o Poder Executivo Municipal demonstraria o cumprimento de suas metas fiscais do primeiro quadrimestre do ano de dois mil e dezoito conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, assumiu os trabalhos a Comissão de Finanças e Orçamento, sob a presidência do Vereador Denilson Donizete Caleran e dos membros Raul Ferreira Coelho e Fabricio Cesar Martelozzi. Iniciando os trabalhos o Presidente convidou à Mesa, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Maurício Aparecido da Silva, a senhora Sonia Regina Oliveira de Souza, Diretora do Departamento de Fazenda e o senhor Marcos Antonio Rocco, saudou e agradeceu aos presentes. O Presidente passou a palavra ao Senhor Prefeito Municipal que cumprimentou a todos; salientou a importância da avaliação do cumprimento das metas fiscais pelo Poder Executivo, bem como destacou a presença da comunidade para tomar ciência de como os recursos foram gastos pela Administração Municipal, dentro dos limites estabelecidos pelas receitas obtidas. O Senhor Presidente passou a palavra ao senhor Marcos Rocco, Assessor da Prefeitura, que saudou a todos, cumprindo sua atribuição informou que faria a leitura do relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e dezoito; discorreu sobre os dados constantes do relatório, como as receitas onde no período em questão teve arrecadação de dezessete milhões, novecentos e setenta e novo mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos; com relação as despesas, foram gastos quinze milhões, oitocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos, registrando um superávit orçamentário na ordem de um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e seis centavos, o resultado primário de janeiro a abril de dois mil e dezoito, face a receita e despesa líquida apresentou um valor positivo de dois milhões, setenta e três mil, trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos. A despesa líquida com pessoal apresentou o índice de cinquenta e um virgula noventa e sete por cento, portanto, acima de limite prudencial estabelecido pela lei de responsabilidades fiscais; comentou sobre os gastos com Saúde com índice de vinte e oito virgula vinte e setenta e oito por cento, acima do índice mínimo legalmente exigido de quinze por cento, e com Educação com índice de vinte e três virgula nove por cento, abaixo do índice mínimo legalmente exigido de vinte e cinco por cento, informou que sobre o percentual mínimo sessenta por cento do FUNDEB destinado a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica o percentual ficou em cinquenta e dois virgula trinta por cento, também abaixo do limite estabelecido, esclarecendo que o restante está devidamente depositado em conta bancária vinculada a educação, discorreu sobre o resultado nominal positivo, de dois milhões, noventa e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos; discorreu sobre os saldos de restos a pagar; concluindo registrou superávit orçamentário,

financeiro, com taxa positiva no resultado primário e nominal, sendo que os números apurados apontam para o cumprimento das metas estabelecidas e manutenção do equilíbrio fiscal. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento disponibilizou espaço para indagações, o Vereador Raul Ferreira Coelho questionou se o município receberá a diferença de recursos transferidos pelas esferas federal e estadual, quando o número de habitantes for reavaliado pelo próximo levantamento censitário do IBGE, ao que foi respondido pelo Prefeito Municipal que não, informando que o município passará a receber mais recursos, mas não de forma retroativa. O Vereador Denilson Donizete Caleran ressaltou o trabalho que a Administração Municipal vem fazendo através de obras de recape asfáltico, utilizando a lama asfáltica, a respeito de comentários e críticas infundadas nas redes sociais, ao Prefeito e aos Vereadores, atribuiu o fato a atual crise política por que passa o país, sendo que parte da população acaba generalizando e incluindo os Poderes Executivo e Legislativo Municipais. O Vereador Manuel Monteiro perguntou ao Prefeito quais serão as providências em relação ao asfaltamento das ruas do Jardim dos Ipês, ao que o Prefeito respondeu que existem duas modalidades de asfalto, sendo a primeira chamada de microasfalto que é realizada com recursos próprios do município, em obras de recape asfáltico, a segunda é o asfalto normal, mas oneroso e que demanda recursos oriundos das esferas federais e estaduais, utilizado tanto no asfaltamento de vias não pavimentadas, como em obras de recape asfáltico. O Vereador Marcio Aquaroni Navachi falou a respeito da contratação de serviços e aquisição de bens através de processos licitatórios, expressando sua compreensão de que em várias situações não é adquirido o total que foi licitado, fato que não onera o município, porém questionou se algum serviço ou bem deixou de ser adquirido e, via de consequência, o município não pode atender a alguma demanda da população, ao que o consultor Marcos Rocco respondeu que no início do ano são realizados vários processos licitatórios para atender as demandas do município, porém é comprado o necessário e as vezes os saldos de empenhos não são cancelados, mas informou que irá verificar junto ao setor competente da Prefeitura para regularizar esses saldos, aproveitando o ensejo discorreu sobre o superávit e o saldo financeiro apresentados, o Vereador demonstrou sua preocupação com relação aos gatos que ainda virão até o final do ano, demandados por várias áreas do município, tendo em vista que a maior parte da arrecadação tributária se concentra nos primeiros meses do ano. Não havendo mais manifestações o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador em exercício Fabricio Cesar Martelozzi, diante da demonstração realizada, considerou legalmente cumpridas as exigências da Lei Complementar número 101/2000 referentes ao primeiro quadrimestre de dois mil e dezoito, e como não havia mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência pública, determinando a lavratura da competente ata e o recolhimento da lista de presença.